

MENSAGEM PRESIDENTE

No dia 2 de Julho de 2013 assumi a presidência da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de S. João da Pesqueira (CPCJ). Desde então, aceitei mais um compromisso que envolve a preocupação de acompanhamento e presença junto das crianças e jovens mais desprotegidos. Para além de um compromisso, sinto que é uma responsabilidade o empenho para com os que mais precisam no que se refere ao abandono, maus tratos e outros factores que impedem a boa educação, desenvolvimento, saúde e segurança das crianças.

É minha convicção que estes sentimentos são partilhados e sentidos por todos os elementos que constituem a Comissão Restrita e Comissão Alargada.

É nosso objectivo desenvolver um conjunto de medidas junto dos actores sociais, que contactam directamente com as crianças e jovens em risco, de forma a desenvolvermos uma maior e melhor prevenção.

Quanto às comunidades locais, não exceptuámos o papel de extrema importância que todos os cidadãos têm na intervenção junto das crianças e jovens em risco através de simples acções que podem ter implicações positivas no seu futuro. Não basta estabelecer um contacto com a CPCJ, é preciso também prevenir, intervir e agir.

Por tudo isto abraçamos este projecto. Temos plena consciência das dificuldades e obstáculos que vamos encontrar pelo caminho. Estamos certos que com a ajuda e colaboração de todos levaremos a bom porto esta missão.

Não hesite. É importante a sua atitude, o seu gesto. Previna, participe, actue, denuncie e contacte-nos. Contamos consigo dada a extrema importância desta Comissão junto das famílias, das crianças, dos jovens e comunidade em geral.

Em nome da CPCJ de S. João da Pesqueira desde já o meu sincero bem haja.

O Presidente
Amadeu da Costa e Castro

CONTACTOS

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

Adro de Santa Maria, n.º 5

5130-333 S. João da Pesqueira

TELEFONE:
254 489 993

TELEMÓVEL:
925 200 358

FAX:
254 489 992

E-MAIL
cpj@sjpesqueira.pt

SITE:
www.sjpesqueira.pt



ESTAMOS
PRONTOS
PARA OUVIR



CPCJ

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E
JOVENS EM RISCO DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

OUVIR, APOIAR, AGIR.
DAR FORÇA E VOZ AOS MAIS PEQUENOS

O QUE É A CPCJ

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de São João da Pesqueira é uma entidade oficial não judiciária e com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem (até aos 18 anos, ou 21 quando solicitado) e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento. (Lei 147/99 de 1 de Setembro)

SITUAÇÃO DE PERIGO

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- > Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- > Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- > Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- > É obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- > Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- > Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se oponham de modo adequado a impedir essa situação.

COMPOSIÇÃO

A CPCJ funciona nas modalidades alargada e restrita.

COMISSÃO ALARGADA

À Comissão, na modalidade Alargada, compete o desenvolvimento de acções de promoção dos direitos das crianças e jovens residentes no seu concelho e no trabalho de prevenção das situações de perigo da criança ou jovem.

É constituída pelos seguintes elementos:

- Representante do Município de S. João da Pesqueira;
- Representante do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu;
- Representante do Centro de Saúde de S. João da Pesqueira;
- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social - (PesqueirAmiga);
- Representante do Ministério da Educação;
- Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- Representante das Associações Desportivas e Culturais - (Associação Sócio Cultural de Trevões);
- Representante da Guarda Nacional Republicana;
- Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude - (Associação Pesqueira Jovem);
- Quatro Cidadãos Eleitores designados pela Assembleia Municipal;
- Dois Técnicos Cooptados.

COMISSÃO RESTRITA

Aos membros da Comissão Restrita compete a intervenção nas situações identificadas como de perigo para a criança ou jovem, procedendo ao diagnóstico e instrução do processo, decisão, acompanhamento e revisão da(s) medida(s) de promoção e protecção.

Funciona em regime de permanência e é composta pelos seguintes membros:

- Representante do Ministério da Educação - Presidente;
- Cidadão Eleitor designado pela Assembleia Municipal - Secretária;
- Representante do Município de S. João da Pesqueira ;
- Representante do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu ;
- Representante do Centro de Saúde de S. João da Pesqueira;
- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Elemento cooptado.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

- > Interesse superior da criança — a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem;
- > Privacidade — a promoção dos direitos da criança ou do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- > Intervenção precoce — a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- > Intervenção mínima — a intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;
- > Proporcionalidade e actualidade — a intervenção deve ser a necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na sua vida e na vida da sua família na medida em que for estritamente necessário a essa finalidade;

> Responsabilidade parental — a intervenção deve ser efectuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;

> Obrigatoriedade da informação — a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

> Audição obrigatória e participação — a criança e o jovem, bem como os pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e protecção;

> Subsidiariedade - a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas Comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

